

As dicas do FMI

A três meses da apresentação do orçamento de Estado para 2009, o FMI recomendou “aos portugueses” que poupem mais e reduzam o consumo. Objectivo: prosseguir a consolidação das contas do Estado e a redução do défice externo. Trata-se de uma evidente indicação dada ao governo de Sócrates para continuar o aperto de cinto que tem imposto aos assalariados. Especialmente visados são os salários, consumo das famílias e as despesas sociais do Estado que terão de ser reduzidos para que “a economia” (ou seja, o investimento capitalista) não fique tão dependente do crédito estrangeiro. Estas “recomendações” surgem quando todos os indicadores económicos mostram uma acentuada quebra do nível de vida da população que depende de salários. De acordo com o INE, em Maio os gastos das famílias em bens correntes e duradouros voltou a descer. A actividade económica em todos os sectores teve “uma forte desaceleração”. A inflação continua em crescimento e o desemprego mantém-se em níveis elevados. Indiferentes a este panorama de degradação, os papas do capitalismo internacional vêm dizer que a solução é a maioria da população portuguesa viver ainda pior. Valha a clareza de mostrarem como, e à custa de quem, o capitalismo ultrapassa as crises.

Movimento dos Trabalhadores Sem Tecto

Entrevista pág. 8 e 9

Trabalho infantil alimenta o império Zara pág. 4

Multivending Resistir para vencer pág. 5

Desemprego sobe pág. 6 e 7

MUDAR DE VIDA

jornal popular / apoio: uma moeda

Setembro 2008 / número 10



Responder ao nível dos desafios

Sócrates só será obrigado a mudar se os protestos forem mais maciços, não se limitarem à rua e incidirem também nos locais de trabalho, sabotarem a política do governo e as ambições dos capitalistas que o sustentam.

Aquém disso, Sócrates tem margem para não mudar nada. Retomar as acções de protesto a partir do ponto a que chegaram em Junho é a única maneira de não desperdiçar as forças do último ano e meio de lutas.

Editorial página 3

O sistema em que até a esmola paga taxa...

Este texto, que circula na Internet e cuja origem desconhecemos, tem a abrir, muito adequadamente, os versos de José Afonso "Batendo as asas pela noite calada / Vêm em bandos com pés de veludo...". Na sua sequência, publicamos o comentário on-line de um leitor do MV digital.

A Caixa Geral de Depósitos está a enviar aos seus clientes mais modestos uma circular que deveria fazer corar de vergonha os administradores – principescamente pagos – daquela instituição bancária. A carta começa, como mandam as boas regras de marketing, por reafirmar o empenho do Banco em oferecer aos seus clientes as melhores condições de preço/qualidade em toda a gama de prestação de serviços, incluindo as despesas de manutenção das contas à ordem.

As palavras de circunstância não chegam sequer a suscitar ilusões, dado que, após novo parágrafo sobre racionalização e eficiência da gestão de contas, o/a estimado/a cliente é confrontado com a informação de que, para continuar a usufruir da isenção da comissão de despesas de manutenção, terá de ter em cada trimestre um saldo médio superior a 1000 euros, ter crédito de vencimento ou ter aplicações financeiras associadas à respectiva conta.

Ora sucede que muitas contas da CGD, designadamente de pensionistas e reformados, são abertas por imposição legal. É o caso de um reformado por invalidez e quase septuagenário, que sobrevive com uma pensão de 243,45 euros – que para ter direito ao piedoso subsídio diário de 7,57 euros (sete euros e cinquenta e sete cêntimos!) foi forçado a abrir conta na CGD por determinação expressa da Se-

gurança Social para receber a reforma.

Como se compreende, casos como este – e muitos são os portugueses que vivem abaixo ou no limiar da pobreza – não podem, de todo, preencher os requisitos impostos pela CGD e tão pouco dar-se ao luxo de pagar despesas de manutenção de uma conta que foram estrangidos a abrir para acolher a sua miséria. O mais escandaloso é que seja justamente uma instituição bancária que ano após ano apresenta lucros fabulosos e que aposenta os seus administradores, mesmo quando efémeros, com «obscenas» pensões a vir exigir a quem mal consegue sobreviver que contribua para engordar os seus lautos proventos. É sem dúvida uma situação vergonhosa, mas as palavras sabem a pouco quando se trata de enunciar tamanha indignidade. Esta é a face brutal do capitalismo selvagem que nos serve sob a capa da democracia, em que até a esmola paga taxa. Sem respeito pela dignidade humana e sem qualquer resquício de decência, com o único objectivo de acumular mais e mais lucros. Eis os administradores de sucesso.

... É a democracia burguesa

(...) Vivemos numa democracia burguesa com políticas liberais fascizantes. O poder político eleito pelo povo está a governar para o grande capital, o mesmo que já explorou os nossos pais, nós e vão continuar a explorar os nossos filhos. É a tal globalização capitalista e isto diz tudo, porque é que os capitalistas têm tanto medo do socialismo e este governo e todos os outros estão-se lixando para os reformados pobres porque há os reformados ricos. É como os chulos e os grandes tubarões da política e os gestores públicos com chorudos salários. Nós os trabalhadores reformados morremos à fome. Eles comem tudo e não deixam nada. *Floralva Rogerio Neves Cordeiro*

MUDAR DE VIDA

Redacção Cristina Meneses, João Bernardo, José Mário Branco, M. Gouveia, Manuel Raposo, Pedro Goulart **Colaboradores** António Louçã, Cândido Guedes, Carlos Completo, Carlos Simões, Eugénio Silva, Chico Peixoto, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rita Moura, Rui Pereira, Urbano de Campos **Cartune** Manuel da Palma **Site** David Raposo

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

Assinaturas: 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível



Sobre o Não da Irlanda

O único povo a pronunciar-se sobre o Tratado de Lisboa – tratado constitucional, ou constituição europeia mascarada – foi o Irlandês e ele disse não! Os restantes Estados que o ratificaram, fizeram-no à revelia da vontade popular expressa, através dos seus parlamentos. Subsiste uma dúvida: Se esses Estados tivessem submetido o Tratado a referendo popular, a resposta desses povos teria sido igual à dos parlamentos desses países? De algumas coisas eu não tenho dúvidas:

a) Sócrates prometeu ao povo português que, Constituição ou Tratado constitucional europeus, seriam submetidos a referendo popular. Não o fez, mentiu mais uma vez! tomou-se claro que, apesar da capa de estadista, não passa dum reles e vulgar vigarista que tem de ser varrido, sem mais demoras, da governação e, com ele, todos os seus correligionários. Ou será que hoje já é aceitável o povo deixar-se governar por aldrabões?

b) Sócrates revelou o seu carácter servilista perante os interesses dos seus pares europeus mais poderosos. É um retrato fiel da burguesia portuguesa dependente, até à medula, do capital internacional que só consegue revelar algum

poder quando reprime os trabalhadores que lutam por um futuro melhor. Frágil, portanto.

c) Os patrões europeus de Sócrates, e o seu "porreiro pá" Barroso, começam a desdizer o que foi considerado imprescindível: a unanimidade dos estados membros para que o Tratado entrasse em vigor.

Já reclamam uma União Europeia sem a Irlanda. Já se anunciam represálias sobre a Irlanda caso o seu governo não submetta o Tratado a segundo referendo. Já se ameaça de represálias os governos que ainda não ratificaram o Tratado e chovem os conselhos para que se deixem de veleidades referendais.

Chantagem, ameaças, corrupção, vigarices, roubo, guerra, são o pão nosso de cada dia da burguesia que se engorda cada vez mais à custa do cada vez maior emagrecimento do povo trabalhador.

Por muito que algumas esquerdas teimem em negar a sua existência, a luta de classes está cada vez mais viva e mais presente. Os explorados têm que se agrupar, acumular forças e munirem-se de uma política revolucionária que lhes permita afrontar a burguesia com sucesso. Doutra modo, estaremos a transferir para os vindouros tarefas políticas que nos cabem realizar.

Isso não é bonito!

Gregório Trindade Curto

Actividade do MTST divulgada numa sessão em Lisboa

O «Mudar de Vida» levou a cabo, na tarde do passado dia 27 de Julho, um encontro em que foi divulgada a actividade do Movimento dos Trabalhadores Sem Tecto (MTST) do Brasil. A exposição esteve a cargo de Lizandra Guedes, uma activista do Movimento que se encontrava em Portugal e que explicou os propósitos e as acções concretas do MTST, ilustrados depois com a projecção de alguns vídeos. Durante a apresentação, os presentes, mais de uma vintena

de pessoas, colocaram perguntas a Lizandra Guedes e travou-se debate sobre vários dos aspectos da acção do MTST. Hoje que o capitalismo globalizou o seu poder de exploração, dar a conhecer formas de acção que movimentam milhares de pessoas da camadas mais exploradas é seguramente uma contribuição para que as classes trabalhadoras difundam entre si as experiências de luta, passo indispensável para poderem vir a articular a resistência ao capital.

Nas páginas centrais desta edição do MV publicamos uma entrevista com Lizandra Guedes.

Convívio do 1.º aniversário do MV

Na segunda quinzena de Setembro, apoiantes e amigos do MV vão encontrar-se para celebrar o primeiro ano da publicação regular do MV. O número “zero” do jornal foi lançado em Abril do ano passado, na ocasião dos desfiles do 25 de Abril/1.º de Maio, mas a saída regular só se iniciou em Outubro.

Desde então, estivemos em várias sessões de apresentação do jornal, nas manifestações e desfiles, nas lutas que nos foi possível acompanhar – a mais recente, a da Multivending, de que damos conta na página 5 – e estaremos onde nos chamarem.

O objectivo do convívio que estamos a preparar é a troca de ideias sobre o que tem sido e o que será o

projecto do Colectivo Mudar de Vida, ao longo de uma jornada onde não faltarão grelhados, boa conversa e música. O formato do encontro prevê a possibilidade de estender o debate pela noite dentro e pernoitar. Aceitaremos inscrições individuais, familiares e de outros colectivos até 15 de Setembro. Até à mesma data, pediremos também que se apresentem voluntários para apoio à organização e logística de transporte, montagem e animação. Contacte-nos e dê-nos conta das suas disponibilidades.

Os assinantes estão convidados desde já e para eles seguirá um correio personalizado, com indicação da data e lugar da realização.

Contacto: maugustomonteiro@hotmail.com

Traga um novo assinante ao MV precisamos do seu apoio

A última assinatura do «MV» chegou por SMS, dos Açores. Um companheiro, tendo recebido de volta a correspondência que nos tinha endereçado, contactou-nos por telemóvel. Dois dias depois enviou uma mensagem que dizia: “Acabei de arranjar mais um assinante” e indicava o nome e direcção do interessado. Precisamos de mais mensagens de apoio e de mais assinantes! Se cada assinante trazer um novo assinante e os pagamentos ainda não regularizados forem

liquidados conseguiremos garantir a saída por mais um ano, sem sobressaltos na tesouraria. Mais pesados que os custos de produção na tipografia são os encargos de envio por correio. A boa distribuição do jornal está nas mãos dos assinantes que queiram dá-lo a conhecer. Os pedidos de assinatura podem ser feitos no [site www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (Assinaturas). Indique nome, morada, código postal e proceda ao pagamento por transferência

bancária em qualquer caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), inserindo a quantia a transferir e o NIB da conta de destino 0032 0114 00200524301 33. Para sabermos de quem vem o contributo não se esqueça de nos enviar um e-mail a comunicar a sua transferência. Pode utilizar o correio; envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

Informação que filtra a opinião popular não nos serve. Faça-se ouvir. Escreva no MV.

Não perder forças

As grandes manifestações da CGTP no último ano e meio e as iniciativas de protesto das populações foram a face mais consistente da oposição à política do governo. Crescentemente, as movimentações tomaram como alvo o governo. Foi isso que muitos dos 250 mil manifestantes de 5 de Junho expressaram ao gritar “governo para a rua”. Mas quando se impunha que esta maturação política, transgredindo limites impostos pelos dirigentes sindicais, fosse tomada como o desembocar das sucessivas lutas – eis que se aponta como meta... exigir do governo que mude de política. Nada de o derrubar, isso são vozes desgarradas, como disse Carvalho da Silva.

Foi o que Sócrates quis ouvir. Ele sabe que só será obrigado a mudar se os protestos forem mais maciços, não se limitarem à rua e incidirem também nos locais de trabalho, sabotarem a política do governo e as aspirações imediatas dos capitalistas. Aquém disso, Sócrates tem margem para não mudar nada. Manter a unidade do movimento sindical é importante. Mas o que a direcção da CGTP fez foi desautorizar as vozes mais avançadas do protesto, em nome da unidade com os sectores mais recuados, que não vêem no PS e no governo a mão do capital.

Apontar à queda do governo de Sócrates confirmou-se como uma questão política actual desde que uma parte do movimento de massas a passou a reclamar. Retomar as acções de protesto a partir desse ponto é a única maneira de não desperdiçar as forças de ano e meio de lutas.

A derrota do governo por impulso de um forte movimento de protesto seria um revés para o poder e para os capitalistas que o sustentam. Reforçaria a confiança dos trabalhadores. Daria às lutas nas empresas (ponto fraco da resistência) outro horizonte. É isso que se espera de Setembro em diante.

Trabalho infantil alimenta o império Zara

A Cunha & Alves Lda é uma empresa de confecções de Paços de Ferreira que emprega cerca de 150 trabalhadores e que utiliza trabalho infantil no vestuário que fornece à Zara, uma das marcas do grupo Inditex. Quando recentemente a Autoridade para as Condições do Trabalho fez uma fiscalização a esta subcontratada da Inditex, os responsáveis da empresa tentaram que dois menores de 14 e 15 anos escapassem aos inspectores.

É uma situação que se repete na Cunha & Alves, onde já por diversas vezes foram encontrados menores a trabalhar. E é uma situação que se repete na Inditex, porquanto em 2006 numerosas empresas subcontratadas deixaram de poder trabalhar pelas mesmas razões – violando, disse-se na altura, o código de conduta deste grupo económico.

A divisão da cadeia de produção em diversas parcelas, de que se encarregam as empresas subsidiárias que praticam a exploração



directa da força de trabalho, até permite às empresas principais, como a Inditex, fingir respeito pela lei e pelos direitos dos trabalhadores – e passar as culpas da infracção para as subcontratadas. Mas, considerada a cadeia de produção no conjunto, todos os procedimentos levados a cabo em qualquer fase concorrem para o resultado final, ninguém ficando portanto livre de responsabilidades

pelos infracções cometidas.

Em recentes declarações à comunicação social, o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina, dizia que “o trabalho infantil em modo formal, fabril, é uma realidade praticamente inexistente no nosso país”. Será que ainda alguém se deixa levar por estes subterfúgios? **Pedro Goulart**

Recordando um exemplo de 1976

Mulheres em luta por salários iguais

“Trabalho igual, salário igual” foi o mote que levou as mulheres a fechar a Empresa Industrial de Chapalaria, em São João da Madeira, durante dois dias. Corria o ano de 1976 e as mulheres mais jovens da fábrica decidiram que fazer uma greve à produção seria a única maneira de serem atendidas uma reivindicação. Já que produziam tanto que os homens, trabalhando nas mesmas máquinas pesadas, com os mesmos químicos ferventes, acharam as mulheres da produção que deveriam receber o mesmo. No acabamento, onde trabalhavam sentadas, a colocar forros nos chapéus, as mulheres ganham 1.900 escudos. Daqui, as mais novas foram sendo transferidas para outras unidades de produção, onde continuavam a ganhar 1.900 escudos. Os homens, que nessa altura não trabalhavam no acabamento, ganhavam 2.800 escudos. Injustiçadas, as mulheres pediram

ao patrão que equiparasse os seus salários aos dos homens. Durante três meses pediram “Trabalho igual, salário igual”, mas nada se alterou. Um dia, Deolinda Silva, na altura com 22 anos e grávida de oito meses, liderou as mulheres ao escritório do encarregado da fábrica. Estavam dispostas a ficar ali até terem uma solução. E ficaram quase dois dias. A produção na fábrica parou, só o acabamento tinha potencial para funcionar. Dois dias foi o suficiente para o patrão ceder às reivindicações das mulheres da produção. A greve surtiu efeito. As da costura nunca ganharam o mesmo. Nas restantes áreas da fábrica o mote “trabalho igual, salário igual” venceu e as mulheres passaram a ganhar tanto como os homens, 2.800 escudos, menos de 15 euros actuais. “Sem esta greve nunca teríamos os mesmos salários”, afirma



Deolinda Silva. “Ainda hoje é assim na Fepsa” (uma das maiores indústrias chapeleiras do país), afirma Deolinda Silva, referindo-se à igualdade de salários no desempenho das mesmas funções. “Fomos nós que abrimos esse caminho”. **Liliana Guimarães, Jornal Labor**

BREVES

Os bancos ganham mais

Segundo um estudo do economista Eugénio Rosa, em apenas quatro anos (de 2004 a 2007) a banca arrecadou em Portugal 13.537 milhões de euros de lucros, tendo pago apenas uma taxa efectiva de imposto de 15,6%, muito inferior à das restantes empresas, que é de 26,5% (incluindo IRC e derrama). Se a banca tivesse pago a taxa legal, as finanças arrecadariam só nestes quatro anos mais 1.536 milhões de euros de receita fiscal.

E os trabalhadores ganham menos

Ainda segundo o mesmo estudo, as remunerações dos trabalhadores bancários representam uma percentagem cada vez menor da riqueza apropriada pela banca em Portugal. Em 2004, os chamados custos com pessoal representavam 55,6% do VAB (valor acrescentado bruto) da banca e, em 2007, eram apenas 36,5% do referido VAB. De referir que nas despesas com pessoal estão incluídas as despesas com o conselho de administração, assim como despesas de transportes e ajudas de custo, etc. Enquanto isto, no mesmo período, os lucros da banca subiram 155,4%!

Desemprego soma

Na petrolífera Cepsa, após a fusão com a Total, vão ser despedidos 48 de um total de 228 trabalhadores (21%). Mais uma vez, os patrões declaram as suas “boas intenções” e prometem ajudar os trabalhadores a arranjar trabalho noutras empresas. Na Rohde, multinacional de calçado, a empresa informou agora quais os 196 trabalhadores, num total de 1.200 (16%), que vão ser despedidos. E o sindicato, resignado, diz que entre fechar a empresa e despedir 200 trabalhadores, é preferível o despedimento. Claro, é sempre possível inventar um mal maior para desculpar o mal real.

BREVES

Empobrecer a trabalhar

O estudo realizado pelo Conselho Económico e Social sobre a pobreza em Portugal, coordenado por Alfredo Bruto da Costa, revela que 35% dos portugueses que vivem na pobreza têm emprego. Atenção: não são pobres que arranjaram emprego; são trabalhadores que empobreceram.

Preços altos e salários baixos

Segundo dados do INE agora divulgados, o aumento de preço dos alimentos foi de 5,8% durante o último ano. Ora, os trabalhadores que menos ganham são os que gastam maior percentagem do seu rendimento em bens alimentares. Fácil é de ver que são os mais atingidos por este tipo de inflação. Entretanto, como o último aumento salarial na função pública foi de 2,1% e os patrões das empresas privadas na maior parte dos casos aproveitam para seguir esta orientação, é fácil de perceber como os referidos aumentos de preços corresponderam quase ao triplo dos aumentos salariais das classes trabalhadoras.

Preços de monopólio

Um estudo da Associação Portuguesa dos Direitos dos Consumidores (Deco) revela que os preços dos medicamentos de venda livre (sem receita médica) aumentaram 5,2% desde 2005, desmentindo o Governo sobre uma baixa dos preços ditada pela livre concorrência. O facto é que, para aquele tipo de medicamentos, os supermercados, interessados em ganhar clientes, baixaram os preços em média 3%; mas as farmácias, que continuam a deter o grosso das vendas, subiram os preços em 11%. Como não é fácil andar a correr prateleiras de supermercados quando se precisa de um medicamento, o resultado geral é pagar-se mais caro.

**Multivending
Resistir para vencer**

Os trabalhadores da Multivending, na Abóboda, Cascais, entaram em luta para obrigar os patrões a cumprir as obrigações contratuais. A empresa, com cerca de 40 trabalhadores, que se dedica ao “vending” (colocação de máquinas de quente e frio noutras empresas), não paga regularmente os salários e os subsídios desde Novembro do ano passado.

A administração deixou de aparecer nas instalações, o que levou os trabalhadores a tomarem uma medida drástica: ocupação, noite e dia, das instalações, para evitar que os patrões retirassem do interior da empresa a maquinaria e outros valores.

Ao fim de cinco dias a Polícia de Intervenção expulsou-os com violência do local de trabalho. Mas eles não desmobilizaram. Instalaram tendas ao redor da empresa, içaram bandeiras negras, afixaram cartazes a explicar a situação nos gradeamentos e nas portas das instalações e organizaram turnos de dia e de noite para que os patrões e seus capangas nada levassem. Os patrões não desistiram. Protegido pela polícia, um dos administradores entrou nas instalações e tentou sair com cerca de 20 mil euros. Os trabalhadores mais uma



vez resistiram: o patrão pode sair, mas o dinheiro fica! A polícia, vendo a sua determinação, cedeu e o patrão – acobardado sem a protecção policial – teve de deixar o cofre com o dinheiro nas instalações. Os trabalhadores continuam firmemente a cercar a empresa. E as suas reivindicações são claras: pagamento na íntegra dos salários e subsídios em atraso e carta para o Fundo de Desemprego, para terem direito ao subsídio. Entretanto, já solicitaram ao tribunal o arresto dos bens da empresa como

garantia.

O MV acompanhou desde o início esta luta, travada em condições muito difíceis, sem apoio dos sindicatos nem dos partidos da esquerda parlamentar. Continuaremos, na medida das nossas capacidades, com os trabalhadores nestes momentos difíceis, apelando aos outros trabalhadores para que não deixem isolar a luta, denunciando os que se reclamam da esquerda e dos trabalhadores e que dos trabalhadores só querem votos.

Manuel Monteiro

**“Não gosto que nos chamem ladrões”, diz o presidente da Galp
Com efeito, são só capitalistas**

Entrevistado pelo Expresso, o presidente da GALP declarou «Não gosto que nos chamem ladrões». Ninguém gosta. Mas o problema é outro.

O aumento do preço do petróleo sentido pelos particulares, enquanto consumidores, exerce efeitos igualmente sobre as empresas. Daí o coro de protestos que se ouve quando o preço do petróleo aumenta, sobretudo numa situação como a actual, em que a subida se verifica apesar do abrandamento da actividade económica.

É uma excelente oportunidade para os donos das empresas e os administradores procurarem convencer a população trabalhadora de que os seus interesses são os mesmos, irmanados contra meia dúzia de especuladores.

Esta dicotomia entre bons capitalistas e maus capitalistas é um dos grandes factores ideológicos de conservação da ordem social vigente. «É sobre este lucros extraordinários injustos que é necessário tomar uma de duas medidas», escreve Eugénio Rosa em recente estudo publicado em

www.resistir.info; «obrigar as petrolíferas a baixar os

preços dos combustíveis, ou lançar um forte imposto para penalizar estes lucros que têm apenas origem na especulação verificada no mercado internacional, e que não resultam de qualquer esforço produtivo das petrolíferas». É curioso ver um dos mais importantes economistas do Partido Comunista considerar aceitáveis, até talvez meritórios, os lucros resultantes do «esforço produtivo» das empresas, ou seja, daquilo que em termos marxistas se denomina mais-valia relativa, e reservar a sua indignação para os lucros «que têm apenas como origem a especulação».

Qual é o objectivo da esquerda, acabar com o capitalismo ou desenvolver o capitalismo?

Eugénio Rosa parece que nem isto, porque sugere que «as receitas obtidas» graças ao referido imposto «poderiam ser aplicadas no apoio a entidades como o “Banco Alimentar” e similares, que forneceriam géneros e refeições a portugueses com falta de recursos para se alimentarem».

Voltámos à sopa dos pobres.

João Bernardo

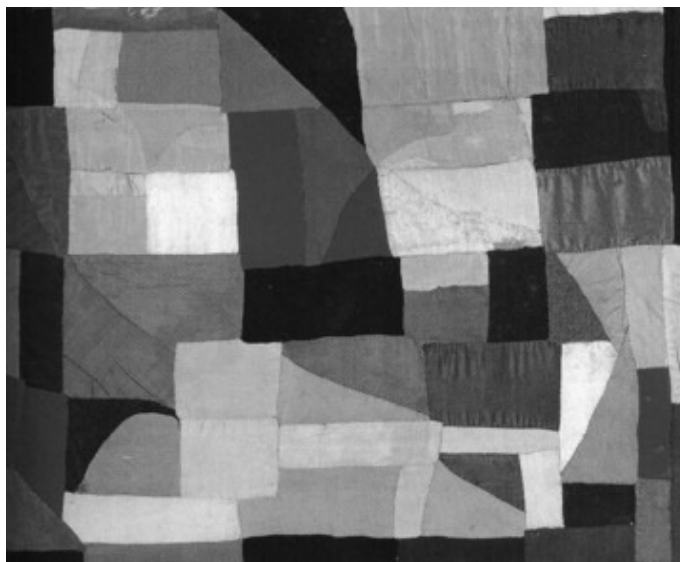
Braga: mais um despedimento colectivo 160 operárias têxteis postas na rua à margem da lei

A empresa têxtil Meneses e Pacheco (Vila Verde, Braga) encerrou em 15 de Julho despedindo 160 trabalhadores, na maioria mulheres, depois de quatro dias de paralisação e vigília em que as operárias impediram a saída de produtos acabados. Como em casos semelhantes, a empresa tinha actividade contínua e encomendas suficientes para prosseguir a laboração.

Os patrões responsabilizaram uma penhora das Finanças (por uma dívida de IVA) pelo encerramento. Mas a rapidez com que o advogado da empresa impôs o despedimento colectivo (sem cumprir as regras legais), mostra que a liquidação estava na forja, à espera de oportunidade.

Os trabalhadores viram-se entre a espada e a parede: ou recusar o despedimento e enfrentar um processo arrastado e sem certezas; ou aceitá-lo e passar a receber o subsídio de desemprego.

A decisão teve lugar num plenário confuso, na presença do advogado da empresa e de credores. Esta mistura não terá ajudado a obter



consenso entre os trabalhadores, que certamente lhes permitiria exigir melhores condições. Dirigentes do Sindicato Têxtil do Minho denunciaram a chantagem e o incumprimento da lei; mas, pelos vistos, foram incapazes de juntar os trabalhadores numa posição comum de resistência aos patrões. Por isso, vários trabalhadores descontentes

com a solução mostraram intenção de contestar o despedimento.

Depois da vigília, os trabalhadores deixaram que os produtos acabados saíssem da fábrica com a garantia do advogado da empresa de que o valor (cerca de 40 mil euros) seria destinado a pagar os salários em falta. Vamos a ver...

Urbano de Campos

A falta que o Zé fazia Acordo PS/BE em Lisboa começa a dar resultados

A organização concelhia de Lisboa do Bloco de Esquerda criticou o seu vereador Sá Fernandes, eleito para a Câmara Municipal de Lisboa, pelo facto de ele, à revelia do programa do Bloco, ter alinhado com o PS na votação da alteração estatutária da EPUL.

A concelhia lamenta a atitude do vereador e acusa-o de se remeter a "um mero voto seguidista" na aprovação da proposta do PS.

O facto mostra que Sá Fernandes respeita ou não o programa do BE que sustentou a sua candidatura conforme convém ao entendimento com o PS. Aliás, esse era um resultado previsível do acordo com os socialistas, não tanto pela pessoa de Sá Fernandes mas pela própria natureza do acordo.

Com efeito, as ambiciosas medidas da candidatura do BE não tinham



por trás uma efectiva força política que as impusesse. À falta disso, o Bloco pensou que conseguia, através do acordo, amarrar o PS a compromissos, dando em troca um dos votos de que António Costa precisava para forjar maiorias. Vê-se agora quem detém a efectiva força política e quem é amarrado pelo acordo.

A concelhia de Lisboa do Bloco acorda tarde para a situação, só quando Sá Fernandes renega o próprio programa à descarada. E nem sequer tira as devidas consequências do episódio, uma vez que o lado político da questão

é passado inteiramente em claro, como se tudo estivesse bem menos o comportamento do vereador no caso. Mas basta comparar as medidas do programa do BE para Lisboa com o que foi feito pelo seu vereador para se ver o abismo entre os propósitos e a realidade. O acontecido resulta de o Bloco ter trocado a oposição pela situação. E, neste sentido, é interessante enquadrá-lo numa questão mais ampla: a política de alianças do BE com o PS, ou com a "esquerda" do PS, tenderá sempre a escapar ao controlo do Bloco. O que se passa agora com Sá Fernandes passar-se-á mais tarde, se as coisas chegarem a tal ponto, com toda a rede que começou a ser tecida por ocasião do comício com Manuel Alegre.

Manuel Monteiro / Manuel Raposo

BREVES

A juíza racista

A juíza Ana Gabriela Freitas, do Tribunal de Felgueiras, na sentença proferida em 29 de Julho em que condenou cinco ciganos por confrontos com a GNR, acusou por junto os ciganos de serem "marginais" e "traícoeiros", de terem "pouca higiene" e de serem "integralmente subsídio-dependentes" do Estado. Estas apreciações provocaram, com razão, um coro de protestos e denúncias. Na Itália, esta juíza já estaria, por certo, a pôr em prática a base de dados racista anticigana do governo Berlusconi. Sendo os Tribunais um dos três poderes do Estado burguês, é um simples caso de "fugiu-lhes a boca para o que pensam".

Salário é curto

Cerca de 71% dos portugueses dizem ter dificuldade em fazer face às suas despesas porque os salários não chegam ao fim do mês. Este número resulta de um inquérito do Eurobarómetro da Comissão Europeia, e contrasta com os 47% da média europeia. As famílias que admitem dificuldades, diz ainda o estudo, não são apenas das camadas habitualmente dadas como mais vulneráveis, atingindo também a faixa dos trabalhadores urbanos, nomeadamente dos serviços.

Anticapitalismo na gaveta

Em interpeção a Sócrates no debate parlamentar das quintas-feiras, defendendo um imposto sobre os lucros especulativos das petrolíferas, Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, afirmou: "Evidentemente que estamos a falar de lucros especulativos. Não estamos a falar de lucros normais, que são aceitáveis".

Ficamos a saber que, ao mesmo tempo que diz defender uma sociedade socialista (onde os lucros serão socializados), o PCP acha que os lucros "normais" do capital são aceitáveis.

BREVES

Hotel Tivoli

Trabalhadores e representantes do Sindicato de Hotelaria e Turismo manifestaram-se frente ao Hotel Tivoli, em Lisboa. Denunciaram ilegalidades, ameaças e repressão que o patronato está a exercer sobre eles. A direcção procura impor aos trabalhadores funções que não são da sua atribuição (antecipando-se ao novo Código de Trabalho de Sócrates), ameaçando-os, caso não aceitem, com o despedimento ou o convite a acordos para saírem da empresa. Parece desenhar-se aqui uma tentativa de despedimentos, com a substituição destes trabalhadores por outros, com vínculos precários, logo, mais baratos, e duplamente baratos se aceitarem a polivalência que os outros recusam.

A marca Salazar

A Vida Privada de Salazar é o título de uma mini-série produzida por Manuel S. Fonseca, administrador delegado da Valentim de Carvalho-Filmes, em parceria com a SIC e com o apoio de dinheiros públicos através do recém criado FICA - Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual. O actual director de programas da SIC, Nuno Santos, destacou "o apelo crescente que a marca Salazar tem gerado junto do público". Fonseca, por seu lado, considera que "uma série desta natureza ensina-nos a olhar para as grandes figuras da história portuguesa, tendo esta [Salazar] marcado para o bem e para o mal". Talvez a seguir o Estado lhe dê mais dinheiro para nos mostrar os lados bons e os lados maus da Pide.

Cortar, cortar

Vários desempregados perderam os subsídios, revelou a Provedoria de Justiça, por não terem comparecido nos centros de emprego devido a não terem recebido as cartas de notificação. Fosse ou não falha dos correios, o certo é que o ministério do Trabalho ficou a poupar nos subsídios.

Teviz, Textil de Vizela Quase 300 trabalhadores em risco de desemprego

Mais uma fábrica falida a juntar à já longa lista de empresas que nos últimos tempos passaram por idêntica situação. O emprego de 270 trabalhadores está em causa. É mais um caso de uma administração ruínosa (ou os empresários terão outros planos?) pois, apesar de a empresa estar a trabalhar em pleno, chegou-se a esta situação. Compreende-se melhor o que se passa hoje na empresa recordando o *DN* de 3 de Agosto de 2006, onde se considerava haver um significativo progresso na internacionalização da Teviz. Nessa altura, a Têxtil Vizela deslocava para a Índia parte do que antes produzia em Portugal, por causa dos "elevados custos associados", no

dizer de um administrador da empresa.

Agora, em 6 de Junho de 2008, a administração da Teviz apresentou no Tribunal Judicial de Guimarães um processo de insolvência, por alegadas dívidas de 27 milhões de euros. E a administração ficou, então, com um mês para apresentar um plano de recuperação da empresa.

Desde 2006 que o processo de liquidação da Teviz em Portugal estava em marcha. E há hoje um fundado receio que o processo "de viabilização" possa conduzir ao despedimento de centenas de trabalhadores da fábrica. Em plenário, os trabalhadores decidiram assumir-se como "credores



da empresa", para, em assembleia de credores, reclamarem os seus créditos.

A propósito desta situação, um dirigente do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes afirmou: "Nunca aceitaremos qualquer processo de viabilização que passe pela redução dos postos de trabalho".

Pedro Goulart

Estado social e assistência pública

Menos subsídios de desemprego, mais exploração, mais economia paralela

A existência actual e oficial de mais de 430 mil desempregados (embora a realidade seja bastante mais grave do que os números oficiais) conduz-nos a uma série de interrogações. Como é que a estes 430 mil desempregados correspondem apenas 250 mil (números também oficiais) subsídios de desemprego? E às outras quase duas centenas de milhares de desempregados, o que lhes acontece? Dão-lhes dinheiro para montarem uma empresa? Dão-lhes o Rendimento Social de

Inserção? Dão-lhes a Remuneração Mínima Garantida? Ou, simplesmente, sugerem-lhes que vão roubar?

Aliás, há que salientar que o desemprego oficial aumentou de 2006 para cá (só desde o início deste ano há 231 mil novos inscritos nos Centros de Emprego), enquanto, devido às medidas do governo, diminuiu o montante relativo às despesas com o sub-



contudo, reconhecer que a nova Reforma da Segurança Social do PS resulta numa "quebra brutal das pensões", que "em vez de 80% do seu último ordenado, os cidadãos vão passar a receber pensões equivalentes a cerca de 55%, com previsíveis menores actualizações posteriores...o que poderá diminuir ainda mais o valor real das suas reformas".

A desprotecção social de centenas de milhares de desempregados e o brutal ataque às pensões de milhões de

reformados são exemplos significativos da grave situação que hoje vivemos. Em Portugal, e na Europa, o chamado Estado do bem-estar social tem-se vindo a desmoronar e vai dando crescentemente lugar a uma espécie de assistência pública, com os governos das classes dominantes a distribuírem umas esmolas aos pobrezinhos.

reformados são exemplos significativos da grave situação que hoje vivemos. Em Portugal, e na Europa, o chamado Estado do bem-estar social tem-se vindo a desmoronar e vai dando crescentemente lugar a uma espécie de assistência pública, com os governos das classes dominantes a distribuírem umas esmolas aos pobrezinhos.

reformados são exemplos significativos da grave situação que hoje vivemos. Em Portugal, e na Europa, o chamado Estado do bem-estar social tem-se vindo a desmoronar e vai dando crescentemente lugar a uma espécie de assistência pública, com os governos das classes dominantes a distribuírem umas esmolas aos pobrezinhos.

Pedro Goulart

A actividade do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Brasil

“O nosso desafio consiste em construir formas colectivas e solidárias de existência e organização”

Desde há uma década que o MTST desenvolve, nas periferias de algumas grandes cidades brasileiras, acções de ocupação de terrenos desafectados para aí instalar casas de trabalhadores e de desempregados que não têm tecto (ver dossiê publicado no MV 4). Centenas ou mesmo milhares de famílias participam nestas acções que chocam com os interesses dos proprietários e fazem movimentar políticos e poderes policiais locais e nacionais. Sobre o assunto, entrevistámos Lizandra Guedes, activista brasileira do MTST, por ocasião da sua passagem por Lisboa, onde participou numa sessão organizada em Julho pelo MV.

Porque preferem as periferias das cidades? Porque não ocupam edifícios vazios?

Esta escolha está calcada em alguns princípios organizativos e tácticas de luta. A periferia é onde estão as classes populares, portanto é lá que temos que nos organizar e modificar as condições de vida, propondo uma reforma urbana para além da ocupação de edifícios vazios e é preciso reconstruir a referência da esquerda nas periferias, enfraquecidas desde o refluxo petista [do PT, Partido dos Trabalhadores, no poder]. Além disso, lá estando, mobilizamos muito mais gente em torno da luta do que no centro, onde teríamos como vizinhos ou o comércio ou uma classe média que está longe de apoiar estes movimentos. Outro elemento importante é de carácter organizativo, já que os edifícios, por si só, já estabelecem um determinado tipo de sociabilidade, que pouco tem de comunitária. Num terreno, a criação de espaços colectivos e comunitários é muito mais fácil e já começa a ser pensada assim que se dá a ocupação, pois ela é elemento fundamental da construção da organicidade de um acampamento.

Como conseguem organizar ocupações que movimentam centenas ou mesmo milhares de famílias?

Primeiramente, fazemos aquilo que chamamos de Trabalho de Base, que consiste em visitas a comunidades que têm na habitação um de seus maiores problemas. Nestas visitas, que em geral são acompanhadas pelas lideranças comunitárias do bairro, falamos do direito à habitação e das formas de luta para sua conquista. Ao longo destes encontros se constitui o grupo que fará a acção, que nos dias posteriores à ocupação será ampliada com a população vizinha ao acampamento, que sofre dos mesmos problemas e que chega até nós de forma espontânea, quando a notícia corre pelo bairro. A partir daí iniciamos a construção da organicidade do acampamento, fundamental para a organização das famílias e a formação política da base, indispensável para o fortalecimento da



luta e para a formação de uma consciência que vá para além das conquistas económicas imediatas pelas quais procuraram o movimento.

Qual a composição social dominante das famílias de ocupantes?

As famílias são em sua esmagadora maioria compostas por trabalhadores e trabalhadoras desempregados, ou precarizados (que vivem de pequenos trabalhos temporários), que moram em favelas em situação de risco ou em pequenos cômodos alugados. Estas famílias, em geral compostas por 5 a 6 membros, têm em média uma renda de um salário mínimo por mês (o equivalente a 160 euros) e têm à sua frente mulheres, o que acaba por torná-las maioria em nossos acampamentos.

Que formas e métodos de organização são postos em prática?

O movimento se organiza a partir de colectivos políticos: a instância máxima hoje é o Colectivo Estadual, que propõe os debates estratégicos e linhas políticas do movimento, dialogando com os Colectivos Regionais, que são responsáveis pelos acampamentos, assentamentos e

comunidades organizados em torno de Colectivos Internos de Acampamentos ou de Colectivos de Coordenadores de Núcleos Comunitários. Estes colectivos são auto-ampliados por seus próprios membros, a partir da discussão colectiva e todos aqueles que participarem destas instâncias devem estar engajados em tarefas políticas, que são distribuídas por sectores permanentes e “de acampamento”, sendo eles: Articulação Política, Jurídico, Projectos, Comunicação, Formação (composto por três colectivos – Educação, Formação Política e Cultura), Organicidade, Disciplina e Infra-estrutura, os três últimos existentes somente nos Colectivos de Acampamento. A partir desta estrutura organizativa e das linhas políticas e princípios do MTST é que se desenvolve toda e qualquer actividade do movimento.

Há certamente conflitos internos.

Como lidam com isso?

Costuma-se imaginar que os acampamentos, ou qualquer outro tipo de organização que se pretenda revolucionária consiste em uma ilha de socialismo, em que as contradições do capitalismo simplesmente evaporam no ar, e isto, muitas vezes, faz com que percamos a capacidade de lidar de forma objectiva com estas contradições. Um acampamento não é um mar de rosas, nele estão presentes desde o primeiro dia diversas das contradições do capital e seus produtos, como a brutalização das relações humanas, a guerra dos pobres contra os pobres e o tráfico de drogas, por exemplo. Nosso desafio consiste justamente em construir formas colectivas e solidárias de existência e organização. Para tanto, apostamos na formação como um elemento fundamental do MTST, que é considerada não só como actividade de responsabilidade de um sector, mas como algo que se dá na própria experiência que cada um vive dentro de um processo de luta, pois sair de seu barraco na favela, em que você está sozinho com seus problemas e vir para um acampamento, participar de assembleias, fazer marchas para reivindicar seus direitos, gritar palavras de ordem, organizar seu grupo, comer na cozinha colectiva e participar dos saraus,



onde se canta, se declama, se dramatiza e se dança a luta é a melhor forma de se perceber como pertencente a uma classe, enfrentando os conflitos a partir de uma re-significação de sua vida através da luta.

Como reagem às ocupações as camadas trabalhadoras mais estabilizadas?

Há um misto de solidariedade e acusações. Há aqueles que logo se identificam com a causa e passam a apoiá-la com a doação de alimentos, roupas ou mesmo contribuindo com actividades educativas e culturais que promovemos. Porém, uma parte considerável da população oriunda das classes populares que está mais "remediada" acaba por se identificar com as posições da classe dominante, discriminando os acampados, chamando-os de vagabundos e recriminando nossas acções através de um discurso extremamente reacionário que vai da defesa da propriedade privada à legitimação das acções ilegais promovidas pela polícia. Os motivos para tal conduta vão desde aquilo que chamamos de "identificação com o agressor", até um forte discurso promovido pela mídia de criminalização dos movimentos sociais.

Como se formam os quadros do movimento?

Os quadros do movimento são oriundos de processos de luta, ou seja, todo militante se integra no movimento a partir de um processo em que esteve inserido primeiramente como acampado ou como um colaborador (neste caso trata-se em geral de pessoas vindas de sectores da classe média, principalmente universitária). Como já afirmei, apostamos que o próprio processo de luta tem um carácter formativo, tanto que nossa militância de base se forma predominantemente entre acampados que no processo de organização dos grupos dentro do terreno se candidatam para assumir a tarefa de coordenador. São mulheres e homens em grande parte sem nenhuma experiência política e que, a partir do envolvimento nas tarefas e de uma formação política dentro do próprio acampamento, acabam por se tornar militantes

se inserindo nos coletivos políticos do movimento. A formação de militantes também é perpassada pelos cursos promovidos pelo colectivo de formação política que aborda tanto as análises fundamentais para a compreensão da sociedade capitalista, como a teoria revolucionária, passando por aspectos gerais de organização de nossa luta como o método de organização de acampamentos, fruto da sistematização de nossa experiência.

O movimento desenvolve acções para além do direito à moradia?

Certamente, pois o MTST encara o direito à moradia como uma conquista económica, que, apesar de ser grande problema social brasileiro, não traz por si só uma perspectiva revolucionária. Contudo, cabe ressaltar que o sonho da casa própria tem um poder de mobilização popular enorme, que lança as bases para uma luta de fundo político, a bem dizer pelo socialismo. Para tanto, além da conscientização política de nossa base social, iniciamos, ainda que timidamente, outras acções de mobilização comunitária, através de uma organização imbricada com o MTST chamada Associação de Comunidades Periferia Ativa (APA), que tem trabalhado com a organização de lutas em comunidades já estabelecidas, como as mobilizações a favor da Tarifa Social de Luz (Dezembro 2007), que reivindicava um desconto previsto em lei, mas "esquecido" pelas companhias de energia e a campanha organizada contra a alta dos alimentos, que para além de manifestações e campanhas de conscientização, está organizando, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), uma feira de alimentos produzidos nos processos de lutas pela reforma agrária, vendidos a baixos custos na periferia. Estas acções têm como perspectiva a construção do poder popular como instrumento da transformação da realidade social, política, subjectiva e económica das classes populares, quiçá brasileira.

Criar, criar Poder Popular!

Manuel Raposo

Se o povo soubesse a força que tem...

O MTST promove a auto-organização e a cooperação entre as famílias, desde o planeamento da ocupação até à forma como se implantam no terreno e como põem a funcionar os diferentes serviços necessários à comunidade.

Em acampamentos pobríssimos, regra geral constituídos por tendas feitas de plásticos negros, a maioria das pessoas conta, apesar disso, com melhores condições do que antes – não apenas físicas mas também de vida colectiva. Para gerir todas as necessidades comuns, os ocupantes dividem-se em grupos, com coordenadores eleitos e revogáveis em qualquer momento, as assembleias de grupo são diárias e as assembleias gerais são muito frequentes.

O tráfico, as rixas, o álcool acompanham frequentemente a condição destes proletários, na sua maioria gente sem emprego ou só com trabalhos precários – que sofrem a hostilidade não apenas dos poderes e das classes ricas, mas também das camadas trabalhadoras que dispõem de vida mais estável e que tendem a considerá-los simples "vagabundos". Mas o esforço comum também nesse aspecto lhes traz outra perspectiva sobre o modo de responder aos problemas.

As ocupações são ponto de partida para exigir casas dignas. Por isso, os ocupantes dos terrenos se dirigem, normalmente em marchas colectivas, às autoridades locais para reclamarem respostas às suas necessidades: casas para todos e condições mínimas de habitabilidade nos acampamentos. Por vezes, estes protestos bloqueiam estradas e ruas urbanas chamando a atenção da restante população sobre os seus problemas.

Regra geral, os acampamentos duram apenas alguns meses, uma vez que os proprietários movem imediatos processos de expulsão a que a Justiça responde de forma milagrosamente rápida abrindo caminho à intervenção policial. A resistência aos despejos é difícil e normalmente ocorrem sem violência dada a desproporção de forças.

Mas, de qualquer modo, os milhares de pessoas envolvidas nas ocupações fazem a experiência de uma acção colectiva que lhes dá a medida da força do povo unido. Uma canção que acompanha estas iniciativas diz "se o povo soubesse a força que ele tem, não aceitava desaforo de ninguém".

Câmara do Porto: como resistir à privatização da recolha do lixo?

A Câmara Municipal do Porto propõe-se entregar a recolha de lixo da cidade a duas empresas privadas: a GSC – Companhia General de Servicios y Construcción, SA e a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.

A receita é velha: deixar degradar os serviços, não investir, para depois aparecerem os “salvadores” que ajudam a autarquia/Estado a “reduzir” despesas.

A recolha de lixo é um negócio de milhões e as empresas não trabalham para o bem público mas para a obtenção de lucro.

A factura do serviço privatizado vai ser paga pelos trabalhadores e pobres da cidade. Os grandes também pagam, mas que representa para eles mais uns euros por mês nas suas contas de água? E pagam os próprios trabalhadores que há anos executam esta árdua tarefa, porque o “socialismo patronal” que nos governa ao destruir

os serviços públicos despede trabalhadores e fornece aos privados mão-de-obra a preço reduzido.

Os 270 trabalhadores da CMP podem ser despedidos por extinção do serviço segundo a nova legislação da Administração Pública. Esta proposta vem sendo preparada há tempo. São positivas e de saudar as concentrações organizadas pelo STAL e a União de Sindicatos do Porto, mas é estranho que só a escassos dias da discussão da proposta (a 23 de Julho) o movimento sindical tenha organizado protestos. Os trabalhadores e as suas organizações representativas precisam de lançar rapidamente uma campanha de defesa do serviço público de limpeza urbana que esclareça a população e, sobretudo, os trabalhadores do Porto. A participação da USP-CGTP, a mobilização dos trabalhadores sindicalizados e de todos os outros, dos bairros pobres



da cidade, e a solidariedade são decisivas para isso.

Importa também que os activistas de esquerda promovam a solidariedade operária e popular para com os trabalhadores da CMP e em defesa do serviço público. Às declarações dos deputados municipais do BE e do PCP deve corresponder a mobilização dos seus activistas para tentar travar mais este assalto do capital aos interesses dos trabalhadores.

José David Gregório
trabalhador da Administração Local

Porto: a luta dos moradores do Bairro do Aleixo Os negócios imobiliários de Rui Rio

A 22 de Julho, moradores do Bairro do Aleixo manifestaram-se à frente da Câmara Municipal do Porto, enquanto, no interior, se decidia, com os votos da coligação PSD/CDS e do PS, a demolição do bairro.

No bairro, com cerca de 1.300 pessoas, a população é socialmente desfavorecida, com níveis de escolaridade muito baixos, fraca qualificação profissional e desemprego. Famílias numerosas convivem em espaços exíguos. Como a sua presença numa zona de con-domínios de luxo não interessa ao presidente, Rui Rio tirou-lhes as casas e expulsa-as para outras zonas da cidade.

A autarquia, através de concurso público, escolherá um parceiro privado que, num espaço avaliado em cerca de 13 milhões de euros, edificará mais habitações de luxo. Em contrapartida, construirá de raiz ou reabilitará casas na Baixa do Porto, na zona histórica e noutros pontos da cidade.

Lembre-mo-nos do bairro S. João de Deus (vulgo “Tarrafal”) onde, talvez por se situar no extremo



oriental da cidade e de os terrenos não serem tão apetecíveis, o processo de demolição ainda não acabou. Há blocos habitacionais fantasma. As pessoas que ainda lá vivem estão mais esquecidas que nunca. Isto não se passará no Aleixo porque a empresa que fizer parceria com a Câmara vai querer rentabilizar esta oportunidade o mais rapidamente possível. O que se repetirá é que os problemas que lá existem não desaparecerão, serão levados para outros lados. Perguntem no Bairro do Cerco, no Machado Vaz, no S. Roque da Lameira ou no Lagarteiro se as coisas estão

melhores agora ou antes da demolição do “Tarrafal”.

Dizem que o problema se coloca na escala, na falta de desenho urbano, e que a solução passaria pela demolição das torres e posterior construção – nos cerca de 36 mil metros quadrados (onde apenas seis mil estão ocupados com habitação) – de um novo bairro com outro tipo de habitação social adaptado às famílias que lá ficassem. Mas Rio já decidiu: as torres vão abaixo e um espaço municipal, público, vai para as mãos de privados.

António Cunha

BREVES

Aborto

Um ano depois da entrada em vigor da lei do aborto no nosso país, o balanço feito pela Direcção Geral da Saúde é positivo, desmentindo todos os agoiros dos sectores mais retrógrados contra a lei. As infecções e perfurações do útero baixaram para menos de metade, indiciando uma forte diminuição dos abortos clandestinos. Foram realizados 14.247 abortos e apenas 700 mulheres optaram por prosseguir a gravidez depois de aconselhadas – o que denota segurança na opção tomada. Mas o fito do negócio prossegue: enquanto quase todos os serviços públicos utilizam o método medicamentoso, que custa 341 euros, mais de 90 por cento das clínicas privadas optam pelo método cirúrgico, que custa 444 euros.

Duplos empregos

Segundo dados agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de trabalhadores que em Portugal desempenham uma segunda actividade atingiu 342 mil no segundo trimestre de 2008, o valor mais alto dos últimos 10 anos. Estas centenas de milhares de trabalhadores vêem-se obrigados a ter uma segunda actividade para poderem sobreviver, atendendo aos miseráveis salários que recebem. Será que este número do INE também inclui as poucas centenas de administradores de empresas públicas e privadas, que, do lado oposto da escala social, ocupam múltiplos cargos com enormes ordenados e, ao fim de alguns anos, se retiram com reformas milionárias?

Encerrou a Fidar

Enquanto José Sócrates propagandeia um aumento de emprego, a têxtil Fidar, em Guimarães, encerrou despedindo 300 operários que ficaram sem subsídios e sem férias. Nos últimos meses já foram extintos cerca de 7 mil postos de trabalho na região.

Na Turquia e na Coreia do Sul Dirigentes sindicais perseguidos e presos

Nestes dois países, cujos governos têm relações estreitas com o imperialismo estadunidense, os sindicalistas são perseguidos e presos. As acusações variam entre promoção de greves "ilegais" e "propaganda do terrorismo".

Meryem Özsoğüt, dirigente sindical turca, foi presa em Janeiro por ter participado numa conferência de imprensa onde foi denunciada a morte de um activista pela polícia. Várias pessoas presas na mesma ocasião foram libertadas. Meryem continua presa e o julgamento tem sido sucessivamente adiado. O governo acusa-a de ser "membro de uma organização terrorista" e de "fazer propaganda a favor de uma organização terrorista". Endereço da campanha internacional pela sua libertação: http://www.labourstart.org/cgi-bin/solidarityforever/show_campaign.cgi?c=394.

Na Coreia do Sul, em Julho, o governo emitiu mandatos de captura contra dirigentes sindicais. Entre eles, o presidente, o vice-presidente e o secretário-geral da Confederação Coreana dos Sindicatos (CCS) e dirigentes dos sindicatos nela filiados. A vice-presidente da CCS foi presa pela polícia e está detida numa esquadra. Os outros passaram à clandestinidade, mas a polícia cercou as sedes centrais dos sindicatos em Seul. O «crime» de que estes militantes são acusados é terem apelado à greve no início de Julho, que o governo sulcoreano, desafiando as leis internacionais, decidiu considerar ilegal. Em comunicado publicado do seu site www.kctu.org, a CCS apela à solidariedade de todos os trabalhadores do mundo.

Francisco Raposo / MV

Ossétia-Geórgia-Rússia Imbróglio imperialista *made in USA*

Quando a Geórgia se tornou independente, os ossetas do sul ficaram em território georgiano. Daí resultou uma guerra civil que terminou, nos anos 90, com a declaração unilateral de independência pela Ossétia do Sul, nunca reconhecida pelas potências e instâncias internacionais e muito menos pela Geórgia.

O primeiro presidente georgiano, Shevardnadze, não sendo alinhado com as potências ocidentais, foi substituído, em 2003, com a ajuda dos EUA, por Saakashvili que re-orientou a política externa para um estreito relacionamento com a Casa Branca e a entrada da Geórgia na NATO.

O ataque militar de 8 de Agosto último, desencadeado pela Geórgia, foi apoiado pelos EUA e pela NATO, com armas e treino militar de Israel. Decorriam exercícios da NATO na região, com participação dos georgianos. Segundo Mike Whitney, da Global Research, "uma operação destas leva meses a planejar e preparar. Quer dizer que o Pentágono tem estado a trabalhar lado a lado com os generais georgianos".

Tudo isto se enquadra no cerco económico, militar e político que o imperialismo ocidental, com os EUA à cabeça, estão a fazer à Rússia. A Geórgia é atravessada por oleodutos e gasodutos ligados à re-



de russa de distribuição do petróleo, havendo interesses (nomeadamente estadunidenses e israelitas) em desviar esse petróleo para a Turquia e, daí, para os portos israelitas do Mediterrâneo e do Mar Vermelho. Os conflitos da região do Cáucaso (Chechénia, Abekázia, Ingúchia, etc.) estão relacionados com esta estratégia. Há quem acrescente que a região (como o Kosovo-Albânia) se encontra na rota da heroína vinda do Afeganistão e da Birmânia. Mas este cerco, que inclui a integração na NATO de países da periferia russa, sofreu um revés com esta aventura: as forças políticas da Geórgia vão pensar duas vezes se lhes interessa a integração e os parceiros europeus vão achá-la ainda mais inoportuna do que já achavam.

E Mike Whitney pergunta: "Porque é que Saakashvili embarcou numa aventura militar insensata, sem qualquer hipótese de vencer? O Tio Sam deseja uma guerra desfavorável, ou será a Ossétia do Sul uma mera diversão de outra guerra em preparação [Irão, Golfo Pérsico]?"

Sejam quais forem as razões, em mais uma guerra cínica entre potências, são os povos que vêem espezinhados os seus direitos e destruídas as suas vidas: cidades da Ossétia do Sul reduzidas a escombros, igrejas incendiadas onde se refugiavam civis. Centenas de georgianos mortos, milhares de ossetas mortos. Centenas de milhares de refugiados.

José Mário Branco

Os termos da troca

A propósito da troca de prisioneiros entre Israel e o Hezbollah, os médias nacionais de 16 e 17 de Julho punham a tónica na libertação do mais antigo prisioneiro libanês em Israel, Samir Kantar, em troca dos corpos de dois soldados israelitas capturados no Líbano em 2006.

Sobre o libanês, dizia o *Público* (citando o primeiro-ministro israelita Olmert) tratar-se de uma "besta humana", e a RTP referia-o como "um dos mais perigosos radicais islâmicos".

Sobre os dois soldados israelitas sabemos mais: os nomes, as idades, onde viviam e onde os corpos foram recebidos "entre soluços e choro". Mas sobre os nomes, idades e o choro das famí-

lias dos quase 200 outros libaneses e palestinianos, mortos por Israel, cujos corpos foram entregues no mesmo dia, não se lê uma palavra. Aos títulos e às notícias, seguia-se em regra um resumo das "atrocidades" do Hezbollah libanês. Mas não encontramos uma linha sobre o ataque de Israel ao Líbano em 2006, testemunhado por milhões de pessoas no mundo inteiro, quando foram lançadas milhões de bombas de fragmentação, causando a morte de mais de 1.200 libaneses, na maioria civis. Também não se lê que os dois soldados israelitas actuavam na fronteira com o Líbano quando foram capturados.

A mesma fronteira que assistiu, em 1982, à chacina de Sabra e Chatila

com mais de 3.000 mortos em cerca de 30 horas de massacre conduzido por Israel.

E se a informação sobre as idades dos soldados israelitas é importante, fale-se então também da idade da tal "besta humana", do "perigoso radical islâmico". Samir Kantar tinha 16 anos quando foi preso numa incursão militar da Frente de Libertação da Palestina em território israelita. Foi condenado a cinco penas de prisão perpétua. Passou trinta anos nas prisões de Israel. Durante todo este tempo, Israel arrastou as negociações para a sua libertação rejeitando as propostas do Líbano. Fê-lo agora, à razão de dois para 200.

Rita Moura

Trabalhadores contra transnacionais na luta pelo controlo dos bens naturais

A guerra pela água na Bolívia

Em 2000, na cidade de Cochabamba, na Bolívia, a água foi privatizada em favor de um consórcio de capitais dos EUA, Itália, Espanha e Bolívia. Apenas metade da população urbana ficou com acesso a água tratada e na zona rural os camponeses foram expropriados do sistema de irrigação e abastecimento utilizados há séculos, um bem comum transformado em mercadoria muito cara, ou inacessível.

A resistência foi ampla, forte e imediata, reunindo trabalhadores do campo e urbanos das mais diversas actividades, intelectuais, estudantes, associações de moradores e sindicatos. Houve vários dias de batalhas com a polícia, no que ficou conhecido como a Guerra da Água, que culminou com a vitória da luta popular. O processo de privatização foi cancelado, forçando a transnacional a sair da Bolívia.

O que se iniciou como uma luta por um bem indispensável, a água, que o capital está ávido por transformar em mercadoria especial devido ao nível de dependência que as populações e a indústria têm dela, evoluiu para críticas às políticas estruturais de um país dominado por uma plutocracia racista ao serviço de empresas estrangeiras.

Tudo foi posto em xeque e, daí para frente, a Bolívia viu o despertar de uma mobilização constante dos trabalhadores que passaram a



organizar-se em todo o país, unificando discursos e práticas, fechando aeroportos e as principais vias de acesso rodoviárias e ferroviárias, com marchas e confrontos com a polícia e o exército, enfraquecendo os partidos políticos tradicionais, as instituições das classes dominantes e destituindo presidentes.

Formas associativas de lutas sociais com direcção e organização locais, alicerçadas em práticas de assembleias e consultas populares, mostraram que uma acção colectiva autogestionária torna possível e eficaz a reconstrução do processo democrático pelos próprios trabalhadores.

Esta luta em Cochabamba não é algo isolado. Mostra uma tendência

mundial das transnacionais para procurarem novas formas de gerar lucros e controlar os trabalhadores. Centralizando a gestão, garantem a perpetuação da exploração do trabalho por um longo período, pois quem controlar esses bens controlará a vida. Mas, se os trabalhadores aprenderem a geri-los, a fragmentação da classe trabalhadora pode ter os dias contados.

Se são os trabalhadores, através das tarifas e de seu suor, que financiam essas empresas (e o lucro de um pequeno punhado de capitalistas), porque não podem os trabalhadores gerir esses serviços, sobretudo quando se trata de bens naturais e "públicos"?

Alexander Hilsenbeck Filho
Daniel Caribé

Vítima de acusação forjada, há 26 anos no corredor da morte

Nova audiência negada a Mumia Abu-Jamal

O antigo membro dos Panteras Negras foi alvo de mais uma discriminação.

Em Julho, o Tribunal de Filadélfia rejeitou uma petição para nova audiência que requeria que a decisão fosse tomada pela totalidade dos membros do tribunal. Uma anterior petição fora negada, tendo um dos três juizes votado a favor de Mumia por ter havido racismo na selecção dos jurados

do julgamento original, em que 11 dos 14 jurados negros foram excluídos sem justificação.

Nos casos importantes, os tribunais decidiram sempre que a exclusão sem justificação de jurados negros era inconstitucional e implicava um novo julgamento.

A lei diz uma coisa, o que os tribunais aplicam a Mumia é outra. A equipa de apoio legal a Mumia entregará, entretanto, no Supremo

Tribunal, um pedido de certificação de que o tribunal ouvirá o recurso de Mumia.

Sabe-se que 90% destes pedidos são negados.

Está ainda em aberto a possibilidade de realização de um novo julgamento com um novo júri, já decidida pelo Tribunal Federal.

Colectivo de Solidariedade
Mumia Abu-Jamal

www.cma-j.blogspot.com

BREVES

Em greve de fome

O Ministério da Educação argelino abriu concurso para 27 mil colocações mas excluiu desse concurso os professores eventuais actualmente sem trabalho. Meia centena destes decidiram entrar em greve da fome em meados de Julho, reivindicando a integração no quadro de professores. No dia 4 de Agosto, após 21 dias de greve, 28 deles foram hospitalizados de urgência em estado comatoso. No dia 11, a polícia de Argel dispersou pela força uma concentração de apoiantes junto à Presidência da República. Sindicatos franceses e espanhóis estão solidários. O silêncio do governo argelino é total. O dos sindicatos portugueses também.

Suicídios no Japão

O Japão é um dos países do mundo com mais altas taxas de suicídio. Só em 2007, puseram termo à vida mais de 30 mil pessoas. E foi, sobretudo, entre as pessoas com mais de 60 anos de idade que cresceu a onda de suicídios, tendo atingido apenas num ano cerca de 12 mil indivíduos. Isto acontece porque actualmente é enorme a incerteza quanto às reformas, o custo dos seguros de saúde está a aumentar e o apoio familiar a diminuir. O capitalismo explorou impiedosamente estas pessoas enquanto as considerou úteis para o trabalho e, agora, procura descartar-se delas, gerando depressões que, segundo investigações recentes, constituem a principal causa dos suicídios entre idosos.

Ficheiro policial de ciganos

O ministro do Interior italiano, Roberto Maroni, declarou recentemente que tenciona fazer uma lista com as impressões digitais de todos os ciganos que vivem em Itália, incluindo as crianças. Contra a medida foi lançada uma petição internacional que se insurge contra a criação de ficheiros policiais dos ciganos e visa impedir qualquer registo de base étnica.

BREVES

Barbárie ao vivo

Os telejornais de 20 de Julho, mostraram as imagens de um soldado israelita a disparar um tiro de espingarda à queima-roupa sobre um prisioneiro palestino amarrado, de olhos vendados e seguro por outros soldados israelitas. Esta barbaridade recorda a que foi captada num filme semelhante, durante a primeira Intifada, em que soldados israelitas agarraram um jovem palestino acusado de atirar pedras e lhe partiram os braços usando grandes pedras. Mais do que qualquer acção militar, o vídeo agora revelado mostra o que é a selvajaria organizada, metódica das tropas israelitas.

Digno do «Botas»

Em Maio, o senado da Califórnia aprovou uma lei que permite funcionários públicos serem membros do Partido Comunista. Até ao mês passado, o maior e mais populoso estado norte-americano reservava-se o direito de despedir trabalhadores por serem comunistas. Agora, já podem pertencer ao PC, desde que assinem o compromisso de que não se envolverão em acções contra o governo. A democracia norte-americana não pára de nos surpreender!

Guerra contra a liberdade

Segundo o New York Times, a UE e os EUA, a pretexto da guerra contra o terrorismo, ultimam um acordo que permitirá aos governos e às companhias privadas da Europa enviarem informações pessoais dos cidadãos – transacções dos cartões de crédito, viagens ou hábitos na net – para os EUA e vice versa. Tentando calar o alarme provocado em advogados defensores dos direitos dos cidadãos, o acordo estabelece que “informações sobre raça, religião, opiniões políticas, saúde ou vida sexual não podem ser usadas por um governo a menos que a legislação nacional garanta a apropriada protecção dos dados”.

Independentistas bascos

A vida como pena

A saída da prisão do ex-membro da ETA Iñaki de Juana Chaos no princípio de Agosto, ao cabo de 21 anos, foi precedida e sucedida por uma campanha político-mediática sem precedentes. Capturado em 1987, as leis que permitem a saída de presos da sua geração já foram alteradas.

A actual «legislação anti-terrorista» aprovada no tempo de Aznar, em 2002, com os votos do Partido Socialista prevê penas de 40 anos de prisão efectiva e integral, sem direito a liberdade condicional. O ministro do Interior explicou na altura como foi estipulada a medida dessa pena: «*Estamos a prendê-los por volta dos 23, 24 anos. Saindo após 40 anos, terão 63,64. Já não terão hipóteses de se juntarem de novo à ETA*».

Agora, cumpre aos socialistas garantir que os militantes independentistas, armados ou não, vejam as suas condenações prolongadas até ao fim das suas vidas.

A campanha contra Iñaki de Juana teve por base ele ir viver para um apartamento num bairro de San Sebastian onde «habitam familiares de vítimas da ETA e pessoas ameaçadas» pela organização armada que se veriam perante o ultraje adicional de terem de «conviver com o seu carrasco».



Com esse pano de fundo, a secretária-geral do PP revelou as conversações em curso com o PSOE para aprovar modificações legislativas no sentido de que os ex-presos independentistas bascos «*não possam viver próximos de vítimas da ETA*», bem como para que se persigam os seus patrimónios e das suas famílias.

Em 2006, o então ministro da Justiça enunciava o problema nos seus termos próprios: «*O que se coloca é uma questão que tem a ver com os princípios do Estado de Direito. Devem a sociedade e as autoridades do Estado conformar-se com que o delinquente cumpra a condenação que lhe foi imposta ou há casos em que é necessário forçar a mão e recorrer ao que for preciso para prolongar o seu castigo ainda que isso obrigue a*

construir imputações?».

Democraticamente, a democracia espanhola, através da campanha contra de Juana, deu uma resposta eloquente. Em Portugal, a ditadura chamava-lhes medidas de segurança. As democracias, sem nunca o dizerem, estabelecem formas de prisão quase-perpétua intra-muros e prolongam-nas sob formas de degredo extra-muros. Como explicava com inigualável cinismo o ministro espanhol do Interior, «*a melhor forma de passar uma longa temporada na cadeia é ingressar na ETA*». Confirma-o Joxe Mari Sagardui, que acaba de cumprir, 28 anos de prisão, batendo na democrática Espanha a triste contabilidade carcerária, sob o *apartheid* sul-africano, de outro ex-terrorista: Nelson Mandela.

Rui Pereira

Apelo de Cesare Battisti

“Eu agora preciso de vocês mais do que nunca”

Cesare Battisti, romancista e militante político italiano detido no Brasil há mais de um ano, aguarda decisão sobre o pedido de extradição apresentado pela Itália, onde foi condenado à prisão perpétua.

Em Junho, pediu refúgio ao Comité Nacional para os Refugiados. Se for concedido, os direitos políticos ampliam-se e a situação prisional melhora mas não é anulado o

processo de extradição.

Recentemente, Battisti enviou da prisão uma carta aos seus apoiantes:

“*Eu agora preciso de vocês mais do que nunca, bem como de todos aqueles que vos pareçam sensíveis à minha causa. Preciso de apoio de todas/os os amigos/as e companheiros/as a quem cada um de vocês tem acesso. Pois a im-*

pressão (e não é só uma impressão) que tenho é que cai mais uma vez num jogo político sujo e cujas regras e verdadeiros objectivos desconheço. [...] Muitas batalhas resultam em derrota ou vitória justamente em face da decisão da hora de agir, ou não. Em verdade vou digo: é hora de agir!”

João Bernardo

síde de apelo: <http://cesarelivre.org/>

As maravilhas do capitalismo global

Os administradores das grandes firmas elaboram códigos de conduta proibindo o trabalho infantil e

emitem comunicados onde lavam as mãos do assunto. Mas na realidade eles conhecem as condições vigentes nas subcontratantes, porque no actual modelo económico as empresas principais exercem um controlo tanto sobre a tecnologia usada pelas subcontratantes como sobre os sistemas de trabalho a que estas recorrem; se não fosse assim, as próprias empresas principais entrariam em colapso, já que a sua actividade depende do fluxo produtivo das subcontratantes.

Trata-se de cadeias de produção tecnologicamente integradas, mas em que a propriedade jurídica de um grande número de instalações – e, consequentemente, as responsabilidades e os encargos – é entregue aos subcontratantes.

Quando se dirigem aos especialistas, porém, os porta-vozes dos grandes patrões têm outro discurso e dizem que as subcontratantes só recorrem ao trabalho de menores e a modalidades de trabalho praticamente escravo quando estão implantadas em regiões e sociedades em que aquelas práticas são correntes. E acrescentam que as remunerações e as condições de trabalho são melhores – ou seja, menos más – nas subcontratantes do que nas restantes oficinas e fabriquetas locais.

Mas este tipo de argumentação



desvia a atenção do problema principal. Para a produção dos mesmos artigos, no interior dos mesmos grupos económicos e unidos pelas mesmas cadeias de fabrico, colaboram desde trabalhadores andrajosos, amontoados em salas insalubres, até trabalhadores de bata branca, capazes de utilizar sofisticados programas de computador. Resultam desta situação três grandes consequências:

1) Os centros capitalistas evoluídos perderam boa parte da capacidade modernizadora que sempre os caracterizara. Se as grandes companhias transnacionais encontram lugar para as formas arcaicas de exploração no interior da sua cadeia produtiva, então deixam de estar interessadas no desenvolvimento social das regiões atrasadas. 2) O velho antagonismo entre capital nacional e capital internacional atenua-se ou desaparece num sistema em que as grandes companhias

transnacionais, além de não terem propriamente sedes nacionais, atrelam aos seus interesses os capitais nacionais sob a forma da subcontratação.

3) Torna-se muitíssimo mais difícil a união dos trabalhadores dentro de cada grupo económico, não só porque a mesma cadeia produtiva está fraccionada entre a empresa principal e as firmas subcontratantes, que podem dispersar-se por todo o mundo, mas ainda porque engloba pessoas com níveis de formação, capacidades e problemas bastante distintos.

É sobretudo desta estrutura conjunta, e não só de aspectos pontuais mais ou menos escandalosos, que resulta o reforço da exploração no capitalismo contemporâneo. E é nesta vastíssima dimensão que se coloca aos trabalhadores dos nossos dias o grande desafio da luta de classes.

João Bernardo

Por brutalidades cometidas durante a reunião do G8 Polícias italianos condenados

Depois de sete anos de batalhas judiciais, um tribunal de Génova condenou 15 polícias italianos por crimes e agressões contra activistas anti-G8 em 2001, no ataque a um espaço de convergência utilizado pelos manifestantes. Dezenas de pessoas foram presas, torturadas e humilhadas pelas forças repressivas.

Embora a condenação represente uma vitória da justiça, nem todos os polícias envolvidos foram condenados. Trinta já haviam sido absolvidos e os 15 condenados apenas

serão presos depois de esgotarem todas as possibilidades de recurso, o que, pela legislação italiana, pode levar anos. Até lá, permanecerão em liberdade.

Esta notícia chega no momento em que activistas e manifestantes são presos em mais uma rodada do G8, no Japão.

Enquanto a polícia e os países ricos insistem em afirmar que violência será a resposta à resistência, nós insistimos em afirmar que o G8 não é a solução para o mundo, mas sim o problema.



Mídia Independente (Brasil) / MV

Confrontar com o artigo "Um total de 110 anos de prisão para 24 activistas", publicado no site MV em 17 de Dezembro 2007

BREVES

E as regras do mercado?

"Haverá bancos que, no limite do crédito malparado, vão acabar a ser salvos pelos governos", afirmou Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos. Então o famoso mercado que tudo regulava, já não se aplica aos banqueiros? Regras do mercado só para despedir livremente trabalhadores, para encerrar empresas e para subir os preços dos bens de consumo. É claro que quando os governos intervêm para salvar os bancos privados o fazem com o dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores.

Maravilhoso mundo capitalista!

500 mil por ano

O presidente mexicano lançou o programa "Repatriação Humana" destinado a dar "tratamento humanitário digno" aos mexicanos deportados dos EUA. Os emigrantes são repatriados em condições degradantes, facto iniciado pelos cuidados preconizados por Felipe Calderón, que consistem em "alimentação, hospedagem e atenção médica". Todos os anos, 500 mil mexicanos são expulsos dos EUA.

A ementa da fome

No Japão, a reunião deste ano dos oito países mais ricos do mundo teve como tema central a crise alimentar e a fome. Mas o tema não teve qualquer influência nos almoços e jantares dos chefes de governo que ali se encontraram.

Uma média de 24 pratos diferentes, vinhos a 70 euros a garrafa, 25 dos melhores chefes de cozinha do Japão e do mundo, um custo médio de 300 euros por refeição/pessoa. Levantam-se vozes de protesto, fala-se de hipocrisia. Mas onde está o problema? Os líderes do capitalismo limitaram-se a confirmar o que já mostrámos no MV n.º 9, que não há falta de alimentos, desde que haja dinheiro para os comprar.

Vão-se embora

Mahmoud Darwish

*Passageiros entre palavras fugazes:
carreguem os vossos nomes e vão-se embora,
Cancelem as vossas horas do nosso tempo e vão-se embora,
Levem o que quiserem do azul do mar
E da areia da memória,
Tirem todas as fotos que vos apetecer para saberem
O que nunca saberão:
Como as pedras da nossa terra
Constroem o tecto do céu.*

*Passageiros entre palavras fugazes:
Vocês têm espadas, nós o sangue,
Têm o aço e o fogo, nós a carne,
Têm outro tanque, nós as pedras,
Têm gases lacrimogêneos, nós a chuva,
Mas o céu e o ar
São os mesmos para todos.
Levem uma porção do nosso sangue e vão-se embora,
Entrem na festa, jantem e dancem...*

*Depois vão-se embora
Para nós cuidarmos das rosas dos mártires
E vivermos como queremos.*

*Passageiros entre palavras fugazes:
Como poeira amarga, passem por onde quiserem, mas
Não passem entre nós como insectos voadores
Porque temos guardada a colheita da nossa terra.
Temos trigo que semeámos e regámos com o orvalho
dos nossos corpos*

*E temos aqui o que não vos agrada:
Pedras e pudor.
Se quiserem, levem o passado ao mercado de antiguidades
E devolvam o esqueleto à poupa
Numa travessa de porcelana.
Temos o que não vos agrada: o futuro
E o que semeamos na nossa terra.*

*Passageiros entre palavras fugazes:
Amontoem as vossas fantasias numa sepultura abandonada
e vão-se embora,
Devolvam os ponteiros do tempo à lei do bezerro de ouro
Ou ao horário musical do revólver
Porque aqui temos o que não vos agrada. Vão-se embora.
E temos o que não vos pence:
Uma pátria e um povo exangue,
Um país útil para o olvido e para a memória.*

*Passageiros entre palavras fugazes:
É hora de vocês se irem embora.
Fiquem onde quiserem, mas não entre nós.
É hora de se irem embora
Para morrerem onde quiserem, mas não entre nós
Porque nós temos trabalho na nossa terra
E aqui temos o passado,
A voz inicial da vida,
E temos o presente e o futuro,
Aqui temos esta vida e a outra.
Vão-se embora da nossa terra,
Da nossa terra, do nosso mar,
Do nosso trigo, do nosso sal, das nossas feridas,
De tudo... vão-se embora
Das recordações da memória,
Passageiros entre palavras fugazes.*

Morreu o grande poeta palestino
Mahmoud Darwish

«Ele era o nosso coração e a nossa língua»

Na sequência de uma delicada operação ao coração, morreu, em Houston (Texas, EUA), o grande poeta palestino, aos 67 anos de idade. Uma grande perda, para o povo palestino, para a cultura árabe e para a cultura universal.

Nascido em 1941 na Galileia, fugiu com os pais para o Líbano quando os habitantes foram expulsos pelos sionistas em 1948. Como muitas famílias palestinas na altura, os Darwish voltaram clandestinamente a instalar-se em Deir al-Asad. A mãe era analfabeta, mas o pai ensinou-lhe a ler e a escrever. Publicou o primeiro livro de poemas aos 19 anos. Nos anos 70 foi para a Universidade de Moscovo, após o que viveu entre o Líbano e o Egipto. Depois de ter sido membro do partido comunista israelita, aderiu em 1973 à OLP e foi impedido de voltar a Israel. Só em 1995 lhe foi dada autorização para residir na Palestina. Vivia desde então em Ramallah. A par da poesia e do ensaio literário, Darwish teve uma intensa actividade jornalística e política. Eleito para o Comité Executivo da OLP (1987), é dele a Declaração de Independência da Palestina (1988). Em 1993 demitiu-se da direcção da OLP por discordar dos Acordos de Oslo, exigindo reiteradamente que as negociações com Israel fossem mantidas a um nível "duro e justo". Mas o que fez dele um símbolo da resistência e da história do povo palestino foi a sua poesia, onde referia como suas influências principais, além dos árabes, os poetas ocidentais Rimbaud e Allen Ginsberg. Entre o primeiro livro, *Pássaro sem asas* (1960), e o último, *Como as flores de*



amendoeira, ou mais além (2005), publicou 40 obras – além de oito livros em prosa com memórias, ensaios, contos e críticas. A poetisa americano-palestina Naomi Shihab Nye disse dele: "Darwish é o Sopro Essencial do povo palestino, a eloquente testemunha do exílio e da saudade/pertença...". Mas a sua influência vai muito para além das fronteiras da Palestina e abrange todo o mundo árabe, e não só. Os seus recitais enchiam regularmente os maiores estádios de futebol do mundo árabe, onde dezenas de milhares de pessoas iam ouvi-lo e aplaudi-lo. Isto dá uma ideia da dimensão perda sentida naqueles países. A Autoridade Palestina decretou três dias de luto nacional.
José Mário Branco

A chave é a China

Estes Jogos Olímpicos são muito interessantes em termos políticos. George Bush esteve tranquilamente ao lado da liderança chinesa e fez questão de dizer que assistia ao início dos jogos em "homenagem ao povo chinês." A atitude dos média é insistir na questão da liberdade de expressão, que é a sua primeira, última e intermédia preocupação. Mas os políticos não estão maçados com a liberalização chinesa.

Os chineses têm subsidiado a recuperação do dólar, dispondo das suas reservas para aumentar exportações norte-americanas. As exportações para a China já ultrapassam as exportações para a Alemanha ou para o Japão. É uma relação ansiosa, a dimensão da China impede aventuras militares, e os chineses têm biliões de reservas em dólares. Com mais de 1,8 biliões de dólares de reservas, a China tem mais reservas que o resto do Extremo Oriente junto, incluindo Japão e Coreia do Sul. Se decidissem converter parte dessa moeda em yen ou euros, era como se o chão se abrisse ao preço do dólar. Mas como isso também se traduziria numa perda do valor das suas reservas, não há motivação para o fazer, senão lentamente. A China é também o principal mercado ascendente, a crescer sem soluços a 9% ao ano, que pode vir a adquirir os bens norte-americanos e onde as empresas norte-americanas têm melhores perspectivas de expansão e lucro.

A China, por seu lado, está a tentar eliminar intermediários. Os contratos assinados com os países africanos, Angola inclusive, garantem acesso directo aos recursos petrolíferos e alimentares de que tem tanta falta, sem necessidade de negociar com o Norte ou as empresas do Norte. O investimento estrangeiro chinês ultrapassa os 20 mil milhões de dólares, um aumento de 10 vezes em 5 anos. A grande aposta é a estabilidade económica e política de África; se se mantiver, pode ser que a China assuma o papel de imperialista regional, porque não se vêem competidores para os chineses. Sê-lo-á, em todo o caso, num estilo totalmente



diferente do Ocidental. Com efeito, a China não tem poderio militar para invadir, conquistar e arrasar, enquanto os EUA se tornaram o maior arsenal do mundo e continua a ser essa a sua principal cartada. Noutra aspecto, os EUA dependem muitíssimo de elites locais para defesa dos seus interesses, ao passo que a China, com 20% da população mundial, não só envia os trabalhadores para as obras que contrata na sua área de influência, como envia as elites que vão defender os seus interesses. A aliança norte-americana-europeia persiste em forma militar. Se os democratas ganharem a Casa Branca isso pode mudar para incluir o económico e o diplomático. Os republicanos, por seu lado, vão querer estreitar a aliança com a China. A China também tem preferência pelos norte-americanos, senão mesmo pelos Republicanos, contra os japoneses ou os distantes europeus. O que fica em questão é o nível de autonomia que a China vai ter neste processo: será *junior partner*, ou será que pode mesmo ser o *senior partner* daqui a uns 30-40 anos?

Carlos Simões

Pauzinho na eng^Renagem

Manuel da Palma

Dizem que as crises financeiras
dão jeito a alguma gente.

Deve ser por isso que
volta e meia arranjam uma...

Pretos e brancos

As eleições de Setembro em Angola foram tema de chacota na comunicação social portuguesa. Isto porque o MPLA, como qualquer burguesia, mobilizou os frêis do poder rodeando-se de figuras públicas e de familiares dos dirigentes. Os nossos finos comentadores podiam aproveitar para denunciar os negócios de empresários portugueses com o governo de Luanda e contabilizar os subornos com que obtêm os favores da classe dominante angolana. Mas não.

Nuno Pacheco, por exemplo, ri-se de um rei Bailundo de 92 anos ser candidato e de ter sido contemplado com um "todo-o-terreno". E condena o MPLA por querer "conquistar os votos de que precisa para manter a maioria". Os comentadores em geral nada dizem de uma fadista ter sido mandatária da candidatura presidencial de Cavaco Silva; ou de umas dezenas de empresários lhe terem financiado a campanha. Nada, também, de Soares-filho ser deputado e autarca quando Soares-pai era presidente da República.

O desplante de Valentim Loureiro em angariar votos oferecendo electrodomésticos só merece comentários jocosos. É dado como normal que centenas de desportistas, artistas e caciques locais sejam arrematados pelos partidos com o fim exclusivo de "conquistar votos" e "manter maiorias". Tudo isto está bem porque se passa na nossa branqueada democracia. Mas o mesmo, passado em Angola, é sinal de nepotismo e ditadura. É fácil aos escribas próximos do poder criticar "os pretos".

Mais difícil é vê-los fazer o mesmo com "os brancos" que lhes pagam. O jornalismo empresarial tem a arte de omitir os paralelos comprometedores. Uma das suas técnicas é a de apontar para longe.

Manuel Raposo

DITO

Eles só são grandes porque nós estamos de joelhos.

Étienne de la Boétie (1530-1563)

Escritor francês